

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.448 - SP (2019/0285638-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADO** : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - SP398091  
**AGRAVADO** : MARIA DAS DORES PEREIRA  
**AGRAVADO** : MARIA APARECIDA DE ARAUJO TORRES  
**AGRAVADO** : BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA ROCHA  
**AGRAVADO** : JACIRA ALVES ANDRADE  
**AGRAVADO** : TAIS FERNANDA LOURENCO  
**AGRAVADO** : DIRCEU CRISTOVAN  
**AGRAVADO** : NILZA TEODORO DIAS  
**AGRAVADO** : VERA APARECIDA MAITAN  
**AGRAVADO** : JOAO BATISTA NETO  
**AGRAVADO** : MARIA CRISTINA VENDRAME MUNIZ  
**AGRAVADO** : CARMEN ROSA CORREA OYAN  
**AGRAVADO** : EMILIA SOARES VIEIRA  
**AGRAVADO** : DORA REGINA RAMOS DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : IRENE ANDRADE MENEZES  
**AGRAVADO** : JOAO ROBERTO CAMILO  
**AGRAVADO** : EDUARDO SANTOS DA SILVA  
**ADVOGADO** : RICARDO BIANCHINI MELLO E OUTRO(S) - SP240212

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Agravo de instrumento. Ação de indenização. Cumprimento de sentença. Insurgência contra decisão que recebeu apólice seguro fiança apenas como garantia idônea do juízo, sem afastamento de multa. Garantia do juízo não se confunde com pagamento. Plenamente cabível incidência da multa legal, prevista no art. 523, §1º, do CPC. Decisão mantida. Pedido da parte contrária requerendo majoração de honorários. Incabível, sob pena de dúplice condenação. Agravo não provido.

Nas razões do especial, alega-se violação dos arts. 523, § 1º e § 2º, 835, § 2º, e 848, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Pleiteia a concessão de efeito suspensivo ao recurso, com fulcro no art. 1.029, § 5º, do CPC.

Decido.

2. A irresignação não merece prosperar.

Observa-se que a matéria relativa aos arts. 523, § 2º, 835, § 2º, e 848, parágrafo único, do CPC, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, uma vez que não

houve manifestação a respeito da (i) a incidência de multa e honorários previstos no § 1º do art. 523 do CPC sobre o restante, se efetuado o pagamento parcial no prazo de 15 dias; (ii) para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento; tampouco sobre (iii) a possibilidade de a penhora ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.

Não foram opostos embargos declaratórios com o fito de suprir a existência de eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

De modo que, a ausência de manifestação judicial a respeito da matéria trazida à apreciação desta Corte impede sua análise na presente via recursal, tendo em vista a falta de prequestionamento, requisito viabilizador do acesso às instâncias especiais. No caso, incidem, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Outrossim, o Tribunal de origem registra que o oferecimento de apólice de seguro fiança não se confunde com o efetivo pagamento. Cuida-se, apenas, da garantia idônea do juízo, apta a franquear ao devedor a possibilidade de apresentar impugnação.

A propósito, colho o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"(...) Pois bem, o pagamento não ocorreu. Plenamente cabível a aplicação de multa. O oferecimento de apólice de seguro fiança, como bem observado pelo magistrado de primeiro grau, não se confunde com efetivo adimplemento. **Trata-se de garantia idônea do juízo, apta a possibilitar a apresentação de impugnação. Isso porque, o numerário não está à disposição do credor; não possui liquidez imediata.**" (fl. 302) - g.n.

Verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a multa prevista no art. 523 do CPC poderá ser eliminada apenas no caso em que o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.

Nesse sentido, confira-se os arestos:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. MULTA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

**2. A multa a que se refere o art. 523 do Código de Processo Civil de 2015 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.**

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1688698/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)

- g.n.

-----

PROCESSO CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. O DEPÓSITO REALIZADO ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA GARANTIA DO JUÍZO NÃO ELIDE A MULTA DO ART. 475-J DO CPC/1973, VIGENTE À ÉPOCA DO ATO PROCESSUAL. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 83/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia posta nos autos, consignou que "segundo o disposto no artigo 475-J do CPC, 'Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento'". Acrescentou que "o oferecimento de garantia não afasta a incidência da multa, porquanto não se trata de pagamento, visto que o valor não está à disposição do credor para imediato levantamento".

**2. O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que "a atitude do devedor, que promove o mero depósito judicial do quantum exequendo, com finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento de sentença, não perfaz adimplemento voluntário da obrigação, autorizando o cômputo da sanção de 10% sobre o saldo devedor", porquanto "a satisfação da obrigação creditícia somente ocorre quando o valor a ela correspondente ingressa no campo de disponibilidade do exequente; permanecendo o valor em conta judicial, ou mesmo indisponível ao credor, por opção do devedor, por evidente, mantém-se o inadimplemento da prestação de pagar quantia certa" (REsp 1.175.763/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 5/10/2012).**

3. Para efeitos do art. 543-C do CPC, são cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. 940.274/MS).

4. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ.

5. Recurso Especial a que se nega provimento.

(REsp 1675084/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 13/09/2017) - g.n.

-----

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. DIVIDENDOS. TERMO FINAL. PROCESSO DE CONHECIMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO. HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ESPONTÂNEO. MULTA DE 10% DO ART. 475-J DO CPC/1973. AFASTAMENTO. NÃO CABIMENTO.

1. Os dividendos são devidos até o trânsito em julgado do processo de conhecimento, conforme entendimento firmado em recurso processado sob o rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973.

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão segundo a qual, na fase de cumprimento de sentença, o montante da condenação ao pagamento de quantia certa será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento) se o devedor não o efetuar de forma espontânea no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 475-J do Código de Processo Civil de 1973.

**4. A multa a que se refere o art. 475-J do Código de Processo Civil de 1973 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.**

5. Agravo interno não provido"

(AgInt no REsp 1.407.339/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe 29/6/2016) - g.n.

-----  
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDICAÇÃO DE BENS PARA GARANTIA DO JUÍZO. APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PAGAMENTO VOLUNTÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/1973. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Iniciado o cumprimento de sentença, a realização do depósito, a depender de sua finalidade, pode ou não ilidir a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC/1973. Se o depósito tiver por propósito o pagamento do débito, inaplicável a aludida sanção.

**Todavia, caso o depósito tenha o escopo, único e exclusivo, de garantir o juízo, a fim de viabilizar a apresentação de impugnação, desta data se inicia o prazo para a apresentação de sua defesa, sem, contudo, ilidir a referida sanção. Precedentes.**

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1597623/PA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2016, DJe 04/10/2016) - g.n.

Nessa linha, destaque-se, ainda, que a Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.102.460/RJ (Relator p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, CORTE ESPECIAL, DJe 23/09/2015), selecionado como recurso repetitivo (CPC/1973, art. 543-C), se posicionou em controvérsia assemelhada:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - ACÓRDÃO ESTADUAL DANDO PROVIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA EXECUTADA, POR CONSIDERAR DESCABIDA A INCIDÊNCIA DA MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC NO ÂMBITO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL.

INSURGÊNCIA DOS EXEQUENTES.

**1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC:** No âmbito do cumprimento de sentença arbitral condenatória de prestação pecuniária, a multa de 10% (dez por cento) do artigo 475-J do CPC deverá incidir se o executado não proceder ao pagamento espontâneo no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada do mandado de citação devidamente cumprido aos autos (em caso de título executivo contendo quantia líquida) ou da intimação do devedor, na pessoa de seu advogado, mediante publicação na imprensa oficial (em havendo prévia liquidação da obrigação certificada pelo juízo arbitral).

2. O Código de Processo Civil, assim como a Lei da Arbitragem, confere a natureza de título executivo judicial à sentença arbitral, distinguindo apenas o instrumento de comunicação processual do executado. Com efeito, em se tratando de cumprimento de sentença arbitral, a angularização da relação jurídica processual dar-se-á mediante citação do devedor no processo de liquidação ou de execução em vez da intimação promovida nos processos sincréticos (nos quais ocorrida a citação no âmbito de precedente fase de conhecimento). Eis, portanto, a única diferença procedimental entre o cumprimento da sentença proferida no processo civil e o da sentença arbitral.

3. Nessa ordem de ideias, à exceção da ordem de citação (e não de intimação atinente aos processos sincréticos), a execução da sentença arbitral condenatória de obrigação de pagar quantia certa observa o mesmo procedimento previsto para as sentenças civis de idêntico conteúdo, qual seja, o regime previsto nos artigos 475-J a 475-R do CPC.

4. A multa de 10% (dez por cento) prevista no artigo 475-J do CPC (aplicável no âmbito do cumprimento de título representativo de obrigação pecuniária líquida) tem por objetivo garantir a maior efetividade e celeridade na prestação jurisdicional, tornando onerosa a recalcitrância do devedor em desobedecer o comando sentencial ao qual submetido.

5. Consequentemente, o afastamento da incidência da referida sanção no âmbito do cumprimento de sentença arbitral de prestação pecuniária representaria um desprestígio ao procedimento da arbitragem (tornando-a um minus em relação à jurisdição estatal), olvidando-se de seu principal atrativo, qual seja, a expectativa de célere desfecho na solução do conflito.

**6. Caso concreto. 6.1.** Em que pese a executada (ora recorrida) tenha afirmado "questionável" o procedimento arbitral levado a termo no presente caso "sob graves aspectos" (fl. e-STJ 92), não consta dos autos a notícia de existência de demanda na busca de invalidação do instrumento conclusivo daquele procedimento, a atual sentença arbitral.

**6.2. O adimplemento voluntário da obrigação pecuniária (certificada no título executivo judicial) somente ocorre quando o**

**valor a ela correspondente ingressa no campo de disponibilidade do exequente. Assim, permanecendo o valor em conta judicial ou mesmo indisponível ao credor, por opção do devedor, mantém-se, por evidente, o inadimplemento da prestação de pagar quantia certa, o que autoriza a imposição da multa de 10% (dez por cento) sobre a condenação (REsp 1.175.763/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21.06.2012, DJe 05.10.2012). 6.3. Desse modo, sendo certo que a indicação de crédito para penhora não configura pagamento voluntário, mas, sim, mera garantia para fins de futura impugnação da sentença exequenda, restou inobservado o prazo quinzenal previsto no artigo 475-J do CPC, razão pela qual se afigura impositiva a reforma do acórdão estadual, devendo ser restaurada a incidência da multa de 10% (dez por cento) cominada pela magistrada de primeiro grau.**

**7. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao rito do artigo 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008.**

(REsp 1102460/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/06/2015, DJe 23/09/2015 – sem destaques no original)

Assim, considerando-se que, na hipótese, a agravada não efetuou o pagamento voluntário da quantia devida ao agravante, tendo apenas garantido o juízo, para viabilizar a apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença, o pagamento voluntário não ficou caracterizado e, portanto, deve haver a incidência da multa e honorários advocatícios previstos no art. 523, § 1º, do CPC.

Incide, neste aspecto, o veto da Súmula 83/STJ.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Prejudicada a análise de concessão de efeito suspensivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator